



Assembleia da República
Gabinete do Presidente



N.º de Entrada 358094

Classificação ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

05.04.02

Data

09.12.22

REQUERIMENTO Número /XI (.ª)

PERGUNTA Número 748 /XI (1 .ª)

Expeça-se

Publique-se

29.12.2009

O Secretário da Mesa

Recorreis

Assunto: Situação de atrasos salariais de 25 professores das Actividades de Enriquecimento Curricular em Paços de Ferreira

Destinatário: Ministério da Educação

*Por determinação de S.º S.º P.º A.º.º
Da Secretária da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

09.12.20

Luís

O Bloco de Esquerda tomou conhecimento de mais uma situação de precariedade relacionada com as actividades de enriquecimento curricular (AEC's). Desta vez, trata-se de 25 professores das AEC's das escolas primárias do Concelho de Paços de Ferreira.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 144/2008, que enuncia a "opção política" deste Governo de transferir para os municípios a responsabilidade de alocação dos recursos necessários à implementação das AEC's no primeiro ciclo do ensino básico, também neste caso coube à Câmara Municipal gerir a contratação destes professores. Assim, a Câmara decidiu contratar uma empresa, a Profisousa (Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa), para agilizar o processo de contratação destes professores, sendo no entanto a Câmara que procede ao pagamento dos mesmos. Estes professores começaram a dar aulas de inglês, música e educação física logo em Setembro, e apenas em Dezembro receberam os seus ordenados relativos a Setembro e Outubro, faltando ainda o mês de Novembro. Em declarações à comunicação social local, a Vereadora da Educação, que é também a presidente da empresa Profisousa, Alice Costa, confirma estes atrasos salariais e diz ainda que a contratação destes professores não estava prevista pela Câmara, não havendo desde o início verba disponível para o pagamento destes ordenados. Alice Costa afirmou ainda que estes docentes, por receberem apenas o correspondente às horas leccionadas na escola, recebem sempre o seu salário no mês seguinte, por ser necessário a apresentação de recibo e comprovação do número de aulas dadas.

Recentemente, foi publicado o Decreto-Lei n.º 212/2009 onde se estabelece que "os municípios podem(...)celebrar contratos de trabalho, a termo resolutivo, a termo integral ou parcial, com profissionais especialmente habilitados para o efeito, tendo em vista assegurar necessidades temporárias de serviço no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular". Para além de levar a que o Governo e o Ministério da Educação se demitam da sua responsabilidade de garantir a

prestação do serviço público que é a Educação, este Decreto-lei abre portas à absoluta arbitrariedade das formas contratuais.

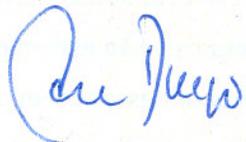
A uma pergunta já colocada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda relativa a uma situação semelhante de precariedade, o Gabinete da Sr. Ministra da Educação já deu uma resposta em que refere o descontentamento já manifestado por vários professores junto da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) sobre a sua situação contratual, nessa mesma resposta o Ministério declarou ter procedido a contactos junto da Câmara Municipal do Porto no sentido desta garantir as melhores condições laborais aos professores em causa. O Bloco de Esquerda considera que, tendo em vista a resolução rápida da situação laboral destes professores e particularmente no que toca ao pagamento dos salários, igual atitude deve ser tomada por parte do Ministério da Educação relativamente à Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes perguntas:

1. O Ministério da Educação tem conhecimento da situação profissional dos/as professores/as das AEC's das escolas primárias de Paços de Ferreira?
2. Tenciona o Ministério da Educação actuar no sentido de repor a legalidade na contratação destes/as professores/as?
3. Tem o Ministério da tutela conhecimento de quantos municípios contratam professores/as das AEC's através de empresas subcontratadas para o efeito?

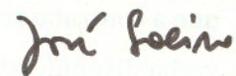
Palácio de São Bento, 22 de Dezembro de 2009.

A Deputada,



Ana Drago

O Deputado,



José M. Soeiro